

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 18 DE MARÇO DE 2009
Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito
do Poder Judiciário e dá outras providências.

A Estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

APRESENTAÇÃO

Em fevereiro de 2008, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) iniciou o processo de orientação de sua gestão para um modelo estratégico, visando o adequado funcionamento administrativo e a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Judiciário.

O processo de planejamento estratégico surgiu como forma de apoiar o TJMA na operacionalização desse processo de mudança. Nessa construção, foi possível definir a Missão, a Visão de Futuro e Valores do Poder Judiciário do Maranhão.

Foi realizado um levantamento que permitiu a definição de diretrizes para o estabelecimento de planos de ação, a identificação de recursos potenciais e o reconhecimento de fraquezas que precisam ser superadas, com a definição de medidas integradas a serem implementadas, para assegurar o sucesso dos resultados almejados.

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão, orientado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e coordenado pelo Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE, que ora se apresenta, foi desenvolvido de forma participativa e se constitui como importante ferramenta para o aprimoramento da gestão das atividades judiciárias, com o conseqüente fortalecimento do acesso à Justiça pelos cidadãos e da otimização da prestação jurisdicional.

Atende, ainda, às determinações do Conselho Nacional de Justiça no que tange ao alinhamento do Planejamento Estratégico dos Tribunais à estratégia do Poder Judiciário Nacional, conforme previsão no art. 2º da Resolução 70.

É importante registrar que o Planejamento Estratégico do Judiciário do Maranhão foi iniciado, como já dito, em fevereiro de 2008, logo catorze meses antes da edição da Resolução n.º70 do CNJ, que fixou a obrigatoriedade de elaboração desse documento e da participação de representantes de classes.

Inobstante, desde aquela época, buscou-se a participação de servidores e juízes em reuniões e workshops, a fim de serem definidos os objetivos estratégicos do planejamento do judiciário estadual.

Registre-se, ainda, que quando da edição da Resolução n.º 70, o CNJ traçou objetivos nacionais que não haviam sido contemplados pelo planejamento estratégico já iniciado, razão pela qual o NPE promoveu a adequação do documento final às exigências do CNJ, alinhando os objetivos específicos do Poder Judiciário maranhense aos objetivos nacionais.

Assim, o presente documento, além de contemplar as perspectivas e quinze objetivos estratégicos fixados pelo CNJ, mostra-se mais amplo, pois prevê sessenta e cinco estratégias, consistentes em projetos e planos de ação, dentro daquilo que foi traçado no processo participativo de construção do planejamento estratégico do Judiciário maranhense.

Nos projetos e planos de ação apresentados na formulação específica para o TJMA, observa-se que certos valores financeiros encontram-se em aberto, pelos seguintes motivos: alguns desses montantes são de difícil mensuração – até porque somente após o diagnóstico é que poderão ser

definidos; enquanto que outros não foram fornecidos pelas áreas responsáveis, a despeito das orientações recebidas.

É importante reforçar que os Objetivos Estratégicos definidos para o TJMA devem ser percebidos, permanentemente, como objetivos de toda a organização, e não de exclusividade ou responsabilidade particular de uma área. São, portanto, transversais às diversas áreas, exigindo grande comprometimento e coordenação. A continuidade do processo é, portanto, fundamental à consolidação e ao fortalecimento do pensamento estratégico no Tribunal de Justiça do Maranhão.

De fato, planejar é pensar em perspectiva futura, nunca imediatista, posto que exige um período de execução de no mínimo cinco anos; e, mais ainda, permite ao gestor eleger prioridades, que possibilitam fazer mais com o mesmo orçamento.

Afinal, “administrar bem” é gerir com eficácia e eficiência pessoas e recursos que, em regra, nunca são suficientes para a real demanda.

Desembargador Raimundo Freire Cutrim
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Corregedor Geral da Justiça

MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MISSÃO

Garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

VISÃO DE FUTURO 2014

Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia.

VALORES

- Ética
- Transparência
- Excelência dos serviços
- Valorização das pessoas
- Justiça
- Comprometimento

PERSPECTIVA
SOCIEDADE

1. Facilitar o acesso a Justiça

2. Promover a efetividade do cumprimento das decisões judiciais

3. Promover a cidadania

ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

RESPONSABILIDADE SOCIAL

PERSPECTIVA
PROCESSOS
INTERNOS

4. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

5. Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

6. Promover ações que contribuam para a interação e a troca de experiências entre Tribunais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

7. Melhorar a imagem do TJMA junto a sociedade

8. Ampliar a transparência da Instituição

9. Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições

10. Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

PERSPECTIVA
RECURSOS

11. Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia

12. Desenvolver Competências

13. Adequar estrutura física e segurança

14. Desenvolver a tecnologia da informação

15. Assegurar e gerir recursos orçamentários e financeiros

GESTÃO DE PESSOAS

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

ORÇAMENTO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Missão:

Garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Visão:

Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- **Ética** - Agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações;
- **Transparência** - Praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições;
- **Excelência dos serviços** - Materialização de todo o esforço da organização para o atendimento das necessidades de todos os interessados;
- **Valorização das pessoas** - Dar autonomia para atingir metas, criar oportunidades de aprendizado, de desenvolvimento das potencialidades e de reconhecimento pelo bom desempenho;
- **Justiça** - Manter a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal (constitucionalidade das leis); e
- **Comprometimento** - Atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.

Tema:

Acesso ao Sistema de Justiça

Objetivo Estratégico 1:

Facilitar o acesso à Justiça.

Descrição do Objetivo:

Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir a equidade no atendimento à sociedade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de acesso à justiça

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
1. Índice de acesso à justiça	Aumentar para 75% os municípios atendidos, (aonde a justiça chega de alguma forma), até 2014.						
	50%	55%	60%	65%	70%	75%	

Projetos Relacionados:

- Juizado Especial: Acesso à Justiça Facilitado
- Postos de Atendimento de Conciliação – PAC
- Eliminação do subregistro civil

Tema:

Acesso ao Sistema de Justiça

Objetivo Estratégico 2:

Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.

Descrição do Objetivo:

Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos determinados pelos Magistrados alcancem resultados concretos para a população atendida.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de Congestionamento na fase de execução (1º grau, 2º grau, Turmas Recursais e Juizados);
- Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau, Turmas Recursais e Juizados);

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base*	2010	2011	2012	2013	2014	
2. Taxa de Congestionamento na fase de execução (1º grau, e Juizados)	Reduzir para 40%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.*						
	1º grau 60,88%	5%	10%	20%	30%	40%	
	Juizados 50,10%	5%	10%	20%	30%	40%	
3. Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau e Juizados)	Aumentar para 80% a produtividade do magistrado até 2014						
	1º grau 22	10%	20%	40%	60%	80%	
	Juizados 97	10%	20%	40%	60%	80%	

*Foram considerados o total de processos baixados do 1º semestre de 2009.

Projetos Relacionados:

- Juizado Especial: Acesso à justiça facilitado
- Postos de Atendimento ao Cidadão - PAC
- Mutirões
- Guia de Boas Práticas

Tema:

Responsabilidade Social

Objetivo Estratégico 3:

Promover a cidadania

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
4. Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.	Aumentar em 50% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014*.						
	3758	10%	20%	30%	40%	50%	

* número de pessoas beneficiadas considerando os projetos Casamentos Comunitários, Casa Abrigo e Central de Cidadania.

Projetos Relacionados:

- Projeto de Apoio à Mulher: Fórum de violência doméstica e familiar contra a mulher
- Postos de Atendimento de Conciliação – PAC
- Casamentos comunitários
- Casa Abrigo
- Central de Cidadania

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico 4:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo e assegurar a eficiência operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
- Produtividade do magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
- Índice de atendimento à demanda
- Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)
- Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços
- Índice de virtualização dos processos novos
- Eficiência na arrecadação de receitas

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base*	2010	2011	2012	2013	2014	
5. Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Turmas Recursais e Juizados)	Reduzir para 50% a taxa de congestionamento até 2014.*						
	1º grau - 86,49%	5%	10%	20%	30%	50%	
	2º grau - 63,27%	5%	10%	20%	30%	50%	
	Turmas Recursais - 47,92%	5%	10%	20%	30%	50%	
	Juizados - 67,44%	5%	10%	20%	30%	50%	
*Foram considerados o total de processos baixados do 1º semestre de 2009.							

6. Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau e Juizados)	Aumentar para 80% a produtividade do magistrado até 2014*						
	1º grau 22	10%	20%	40%	60%	80%	
	Juizados 97	10%	20%	40%	60%	80%	
7. Índice de atendimento à demanda	Aumentar para 80% o atendimento à demanda, até 2014						
	1º grau 85,87%	10%	20%	40%	60%	80%	
	2º grau 214,39%	10%	20%	40%	60%	80%	
	Turmas Recursais 73,91%	10%	20%	40%	60%	80%	
	Juizados 65,44%	10%	20%	40%	60%	80%	
8. Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)	Aumentar para 50% o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução), até 2014.						
	1º grau*	10%	20%	30%	40%	50%	
	2º grau*	10%	20%	30%	40%	50%	
	Turmas Recursais *	10%	20%	30%	40%	50%	
	Juizados*	10%	20%	30%	40%	50%	
	*Em mensuração						
9. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014						
	–	10%	20%	40%	60%	90%	
10. Índice de virtualização de processos novos	Aumentar para 90% o índice de virtualização dos processos novos até 2014						
	–	10%	20%	40%	60%	90%	
	–	10%	20%	40%	60%	90%	
11. Eficiência na arrecadação de receitas	Aumentar para 60% a relação receitas/despesas, até 2014						
	–	0%	15%	30%	45%	60%	

Projetos Relacionados:

- Guia de Boas Práticas
- Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos
- Manual de Rotinas e Processos da Secretaria Judicial
- Produtividade do Magistrado
- Sistemas de Apoio Processual
- Postos de Atendimento de Conciliação – PAC
- Mutirões
- Virtualização dos processos
- Sistema SIAFERJ-WEB
- Implantação do 5S
- Manual de Rotinas e Procedimentos dos Setores Administrativos

Tema:

Alinhamento e integração

Objetivo Estratégico 5:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhada à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de gestão participativa
- Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
12. Índice de gestão participativa	Realizar 1 reunião por trimestre						
	–	100%	100%	100%	100%	100%	
13. Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos	Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014.						
	–	20%	40%	60%	80%	90%	

Projetos Relacionados:

- Escritório de Projetos
- Implantação e Acompanhamento do Planejamento estratégico

Tema:

Alinhamento e integração

Objetivo Estratégico 6:

Promover ações que contribuam para a interação e a troca de experiências entre Tribunais

Descrição do Objetivo:

Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas, unidades, estruturas e soluções Jurídicas e administrativas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário.
- Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
14. Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário.	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal, publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 2014.						
	–	100%	100%	100%	100%	100%	

Projetos Relacionados:

- Projeto Busca de Interação do Poder Judiciário do Maranhão:
 - a) Encontros anuais de Secretários Judiciais e Servidores do Poder Judiciário
 - b) Encontro anual para atualização do Guia de Boas Práticas
 - c) Encontros anuais de áreas estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 7:

Melhorar a imagem do TJMA junto à sociedade

Descrição do Objetivo:

Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de confiança no Poder Judiciário
- Índice de satisfação do cliente

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
15. Índice de confiança no Poder Judiciário	Obter 70% de aprovação na pesquisa, até 2014						
	-	-	-	-	-	-	
	Valores a serem definidos a partir da pesquisa realizada sobre o índice de confiança no Poder Judiciário						
16. Índice de satisfação do cliente	Aumentar para 75% o índice de aprovação, até 2014						
	50%*	55%	60%	65%	70%	75%	
	* baseado em pesquisa realizada						

Projetos Relacionados:

- Portal da Transparência
- Pesquisa de Satisfação do usuário (Modelo a ser disponibilizado pelo CNJ)

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 8:

Ampliar a transparência da Instituição

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet
- Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet
- Índice de inserções institucionais na mídia
- Indicador nº 29 - Índice de matérias institucionais positivas

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
17. Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet	Disponibilizar conteúdo integral de 100% dos processos, até 2014						
	-	10%	30%	50%	75%	100%	
18. Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras, até 2014						
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
19. Índice de inserções institucionais na mídia	Aumentar em 50% o nº de inserções institucionais na mídia, até 2014						
	6000*	10%	20%	30%	40%	50%	
20. Índice de matérias institucionais positivas	Obter 80 % de matérias institucionais positivas na mídia, até 2014						
	60%	65%	70%	75%	80%	80%	

*Matérias inseridas na mídia em São Luís.

Projetos Relacionados:

- Finanças on-line
- Virtualização dos Processos
- Boletim Informativo para o público externo
- Boletim Informativo para o público interno

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 9:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração do Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de parcerias estratégicas

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
21. Índice de parcerias estratégicas	Aumentar para 80% o índice de parcerias estratégicas, até 2014						
	–	10%	20%	40%	60%	80%	

Projetos Relacionados:

- Combate à Prostituição Infantil
- Eliminação do subregistro

Tema:

Atuação institucional

Objetivo Estratégico 10:

Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

Descrição do Objetivo:

Valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito do Poder Judiciário, nas organizações ligadas à atividade judiciária e nas instituições de ensino.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de promoção de valores éticos e morais.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
22. Índice de promoção de valores éticos e morais.	Aumentar em 60% o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, até 2014.						
	–	10%	20%	30%	40%	60%	

Projetos Relacionados:

- Projeto disseminação de valores éticos e morais

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico 11:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a estratégia

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de alcance das metas
- Índice do Clima Organizacional
- Índice de absenteísmo
- Índice de prevenção de saúde

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
23. Índice de alcance das metas	Alcançar 100% das metas, até 2014						
	–	100%	100%	100%	100%	100%	
24. Índice do Clima Organizacional	Aumentar para X% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014*						
	*Valores a serem definidos a partir de pesquisa realizada em 2010.						
25. Índice de absenteísmo	Reduzir para X% o índice de absenteísmo até 2014*						
	–						
	*Valores a serem definidos a partir da implantação do sistema de ponto eletrônico em todas as Comarcas e da implantação do sistema MENTORH						

Projetos Relacionados:

- Escritório de projetos
- Banco de Sugestões
- RH Responde
- Indicadores de Produtividade
- Programa de premiação
- Banco de Talentos

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico 12:

Desenvolver competências dos magistrados e servidores

Descrição do Objetivo:

Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para os alcances dos objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de capacitação nas competências estratégicas
- Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação
- Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
26. Índice de capacitação nas competências estratégicas	Aumentar para 40% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014*						
	–	5%	10%	20%	30%	40%	
	* Competências estratégicas ainda não definidas para o TJMA						
27. Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação, até 2014						
	–	20%	20%	20%	20%	20%	
28. Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	Aplicar 4% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014						
	–	2,80%	3%	3,3%	3,80%	4%	

Projetos Relacionados:

- Projeto Gestão por Competências
- Plano de Capacitação do Poder Judiciário do Maranhão
- Ensino à Distância

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico 13:

Adequar estrutura física e segurança

Descrição do Objetivo:

Prover instalações, mobiliários e segurança que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além de proteção e manutenção dos bens, com foco na operacionalidade, acessibilidade e segurança.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica
- Índice de satisfação com as instalações físicas
- Índice de condições de trabalho

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
29. Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica	Aumentar para 100% as unidades consideradas seguras*						
	8%	25%	50%	100%	100%	100%	
	*Considerando as unidades próprias, cedidas e alugadas.						
30. Índice de satisfação com as instalações físicas	Aumentar para 80% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas*, até 2014						
	–	10%	20%	40%	60%	80%	

Projetos Relacionados:

- Diagnóstico por Comarca
- Projeto Básico de Engenharia

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico 14:

Desenvolver a tecnologia da informação

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos tecnológicos (equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com estrutura de tecnologia da informação.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aderência aos padrões mínimos de TI
- Índice de aderência às metas do PETI
- Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia
- Índice de disponibilidade de sistemas on-line

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
31. Índice de aderência aos padrões mínimos de TI	Atender 90% dos padrões mínimos de TI, até 2014						
	--	10%	30%	50%	70%	90%	
32. Índice de aderência às metas do PETI	Alcançar 90% das metas, até 2014						
	--	10%	30%	50%	70%	90%	
33. Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014						
	--	5%	20%	45%	70%	99%	
34. Índice de disponibilidade de sistemas on-line	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas, até 2014						
	--	5%	20%	45%	70%	99%	

Projetos Relacionados:

- Virtualização dos Processos
- Sistema de gestão de RH

Tema:

Orçamento

Objetivo Estratégico 15:

Assegurar e gerir recursos orçamentários e financeiros

Descrição do Objetivo:

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento disponibilizado

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
35. Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 1,3% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014						
	–	0,50%	0,70%	0,90%	1,10%	1,30%	
36. Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014						
	–	90%	93%	95%	98%	100%	
37. Índice de execução do orçamento disponibilizado	Aumentar para 97% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014						
	85%	88%	90%	92%	95%	97%	

Projetos Relacionados:

- Escritório de projetos
- Sistema Siaferj Web
- Finanças on line
- Manual de Rotinas e Procedimentos dos Setores Administrativos

ANEXO 1 - FICHA DOS INDICADORES

MATRIZ DE INDICADORES

Indicador 01

Índice de Acesso à Justiça					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Indica o número de municípios atendidos pela justiça no estado				
Quem mede	Secretaria da Corregedoria				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Nos Municípios do Estado do Maranhão				
Por que medir	Para aferir o grau de acessibilidade à justiça				
Como medir	% entre municípios atendidos (aonde a justiça chega de alguma forma seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física) / Total de municípios.				
Situação atual	50% dos municípios atendidos				
META	Aumentar para 75% os municípios atendidos, (aonde a justiça chega de alguma forma), até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	55%	60%	65%	70%	75%

Indicador 02

Taxa de Congestionamento na fase de execução (1º Grau e Juizados)					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	A relação entre os processos judiciais baixados, na fase de execução, em relação ao total de processos em tramitação na fase de execução				
Quem mede	Divisão de Estatística da Corregedoria				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	No 1º grau e Juizados				
Por que medir	Para acompanhar o desempenho de cada unidade judiciária				
Como medir	1 – (total de processos judiciais baixados/casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	Taxa de Congestionamento no 1º grau – 60,88% Taxa de Congestionamento nos Juizados – 50,10%				
META	Reduzir para 40%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	5%	10%	20%	30%	40%
1º grau	5%	10%	20%	30%	40%
Juizados	5%	10%	20%	30%	40%

Indicador 03

Produtividade do Magistrado (execução – 1º Grau e Juizados)					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Quantidade de Trabalho do Magistrado				
Quem mede	Divisão de Estatística da Corregedoria				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	No 1º grau e Juizados				
Por que medir	Para mensurar a quantidade de trabalho dos magistrados				
Como medir	Total de julgados / total de magistrados				
Situação atual	Produtividade dos Magistrados no 1º grau – 22				
	Produtividades dos Magistrados nos Juizados – 97				
META	Aumentar para 80% a produtividade do magistrado até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
1º grau	10%	20%	40%	60%	80%
Juizados	10%	20%	40%	60%	80%

Indicador 04

Número de Pessoas beneficiadas pelos Projetos Sociais					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais				
Quem mede	Coordenação de Atividades Especiais da Presidência				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Em todas as unidades envolvidas com os projetos				
Por que medir	Verificar as ações sociais desenvolvidas pelo TJMA, identificando o número de pessoas beneficiadas pelas mesmas.				
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais				
Situação atual	3758 pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais				
META	Aumentar em 50% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	20%	30%	40%	50%

Indicador 05

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados)					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	A relação entre os processos judiciais baixados, na fase de conhecimento, em relação ao total de processos em tramitação na fase de conhecimento				
Quem mede	Divisão de Estatística da Corregedoria e Divisão de Estatística e Publicações do TJMA				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	No 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados				
Por que medir	Para acompanhar o desempenho de cada unidade judiciária				
Como medir	$1 - [\text{total de processos judiciais baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]$				
Situação atual	Taxa de Congestionamento no 1º grau - 86,49% Taxa de Congestionamento no 2º grau - 63,27% Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais - 47,92% Taxa de Congestionamento nos Juizados - 67,44%				
META	Reduzir para 50% a taxa de congestionamento até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
2ª Grau	5%	10%	20%	30%	50%
1ª Grau	5%	10%	20%	30%	50%
Turmas Recursais	5%	10%	20%	30%	50%
Juizados	5%	10%	20%	30%	50%

Indicador 06

INDICADOR: Produtividade do Magistrado (conhecimento - 1º grau, 2º grau, Turmas Recursais e Juizados)- **Indicador CNJ 04**

Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Quantidade de Trabalho do Magistrado				
Quem mede	Divisão de Estatística da Corregedoria e Divisão de Estatística e Publicações do TJMA				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	No 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados				
Por que medir	Para mensurar a quantidade de trabalho dos magistrados				
Como medir	Total de julgados / total de magistrados				
Situação atual	Produtividade do Magistrado no 1º grau – 192 Produtividade do Magistrado no 2º grau - 306 Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais – 130 Produtividade do Magistrado nos Juizados - 567				
META	Aumentar em 80% a produtividade do magistrado até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
2ª Grau	10%	20%	40%	60%	80%
1ª Grau	10%	20%	40%	60%	80%
Turmas Recursais	10%	20%	40%	60%	80%
Juizados	10%	20%	40%	60%	80%

Indicador 07

INDICADOR: Índice de Atendimento à Demanda					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Proporção de processos baixados em relação aos casos novos				
Quem mede	Divisão de Estatística da Corregedoria e Divisão de Estatística e Publicações do TJMA				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	No 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados				
Por que medir	Para comparar a demanda dos jurisdicionados com a capacidade de redução do acervo				
Como medir	Processos baixados / Casos Novos				
Situação atual	1º grau – 85,87% 2º grau – 214,39% Turmas Recursais – 73,91% Juizados - 65,44%				
META	Aumentar para 80% o atendimento à demanda, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
2º grau	10%	20%	40%	60%	80%
1º grau	10%	20%	40%	60%	80%
Turmas Recursais	10%	20%	40%	60%	80%
Juizados	10%	20%	40%	60%	80%

Indicador 08

INDICADOR: Índice de Agilidade no Julgamento (1º Grau, 2º Grau, Turmas Recursais e Juizados)					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Proporção de processos finalizados dentro de um ano dentre o total de processos finalizados				
Quem mede	Divisão de Estatística da Corregedoria e Divisão de Estatística e Publicações do TJMA				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	No 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados				
Por que medir	Para avaliar se os processos estão sendo finalizados dentro do prazo de um ano				
Como medir	Percentual entre processos finalizados dentro de um ano, por instância, em relação ao total de casos finalizados. (Fase de Conhecimento: do protocolo à sentença; Fase de Execução: do trânsito em julgado à baixa)				
Situação atual	Em Mensuração				
META	Aumentar para 80% o atendimento à demanda, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
2º grau	10%	20%	40%	60%	80%
1º grau	10%	20%	40%	60%	80%
Turmas Recursais	10%	20%	40%	60%	80%
Juizados	10%	20%	40%	60%	80%

Indicador 09

INDICADOR: Índice de Agilidade na tramitação dos Processos de Aquisição de Bens e Serviços

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Proporção de processos de aquisição de bens e serviços que são finalizados no prazo padrão em relação ao total de processos				
Quem mede	Diretoria Administrativa (Divisão de Licitação e Contratos)				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Na Divisão de Licitação e Contratos				
Por que medir	Para valorar a burocracia dos trâmites administrativos no âmbito do TJ-MA				
Como medir	Percentual entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão/ total destes processos				
Situação atual	Levantamento da base de dados em 2009				
META	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	20%	40%	60%	90%

Indicador 10

INDICADOR: Índice de Virtualização dos Processos Novos

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Proporção de processos novos eletrônicos dentre o total de processos novos				
Quem mede	Diretoria de Informática				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	No 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados				
Por que medir	Para avaliar a evolução da implantação do Processo Eletrônico				
Como medir	Total de processos eletrônicos novos / Total de processos novos				
Situação atual	Levantamento da base de dados em 2009				
META	Aumentar para 90% o índice de virtualização dos processos novos, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	30%	50%	70%	90%

Indicador 11

INDICADOR: Eficiência na Arrecadação de Receitas					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A participação das receitas próprias na cobertura das despesas				
Quem mede	Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Coordenadoria de Contabilidade				
Por que medir	Para verificar o quanto das despesas é suprido pelas receitas próprias				
Como medir	(Receitas de custas + Recolhimentos diversos + Recolhimento do INSS + Recolhimento IR) / (Despesa total – Inativos – Precatório - Investimentos + Depreciação)				
Situação atual	Levantamento da base de dados em 2009				
META	Aumentar para 60% a relação receitas/despesas, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	0%	15%	30%	45%	60%

Indicador 12

INDICADOR: Índice de Gestão Participativa					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Número de reuniões de execução da estratégia realizadas no período				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico				
Quando medir	Trimestralmente				
Onde medir	Núcleo de Planejamento Estratégico				
Por que medir	Para medir o nível de cumprimento do plano estratégico.				
Como medir	Percentual entre reuniões de execução da estratégia realizadas / Reuniões previstas no período				
Situação atual	Não há realização de reuniões de execução de estratégia				
META	Realizar 1 reunião por trimestre				
	2010	2011	2012	2013	2014
	100%	100%	100%	100%	100%

Indicador 13

INDICADOR: Índice de Sucesso na Execução dos Projetos Estratégicos					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Proporção de projetos estratégicos concluídos dentre os projetos estratégicos previstos para o período				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Todas as unidades gestoras de projetos estratégicos				
Por que medir	Verificar o cumprimento do plano estratégico				
Como medir	Percentual entre projetos estratégicos concluídos e com suas metas internas alcançadas / Total de projetos estratégicos previstos no plano para o período				
Situação atual	Esse indicador não é mensurado.				
META	Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	20%	40%	60%	80%	90%

Indicador 14

INDICADOR: Índice de Aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Implementação de pelo menos uma prática do Banco de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário no tribunal				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Nas unidades administrativas e judiciais				
Por que medir	Para verificar se o tribunal implementou alguma prática do Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário				
Como medir	Levantar nas unidades se ocorreu implementação de práticas do Banco de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário				
Situação atual	Esse indicador não é mensurado.				
META	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	100%	100%	100%	100%	100%

Indicador 15

INDICADOR: Índice de Confiança no Poder Judiciário - Indicador CNJ					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	O nível de confiança da sociedade no Poder Judiciário				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE (Instituição a ser contratada para realizar a pesquisa)				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Na sociedade				
Por que medir	Para identificar o nível de confiança da Sociedade no Poder Judiciário e os pontos em que o Poder Judiciário do Maranhão pode melhorar				
Como medir	Percentual de aprovação na pesquisa de opinião pública Confiança no Poder Judiciário				
Situação atual	A pesquisa está programada para o exercício 2010.				
META	Obter 70% de aprovação na pesquisa, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014

OBS: Valores a serem definidos a partir da pesquisa realizada sobre o índice de confiança no Poder Judiciário

Indicador 16

INDICADOR: Índice de Satisfação do Cliente - Indicador CNJ 01					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	O nível de satisfação dos usuários do Poder Judiciário				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico – NPE (Instituição a ser contratada para realizar a pesquisa de satisfação)				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Na sociedade				
Por que medir	Para identificar o nível de satisfação dos usuários e os pontos em que o Poder Judiciário do Maranhão pode melhorar				
Como medir	Percentual de aprovação em pesquisa específica realizada permanentemente com os clientes diretos e interessados pela internet.				
Situação atual	A pesquisa está programada para o exercício 2010.				
META	Obter 75% de aprovação na pesquisa, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	55%	60%	65%	70%	75%

Obs.: Valores definidos a partir de pesquisa realizada

Indicador 17

INDICADOR: Índice de Publicação do Conteúdo Integral dos Processos na Internet -					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Proporção de processos com todos os atos judiciais disponibilizados no site institucional em relação ao total de processos judiciais pendentes				
Quem mede	Diretoria de Informática				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	No 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados				
Por que medir	Verificar a disponibilidade de informação ao público, definindo o quão transparente e tecnologicamente os atos judiciais estão disponibilizados.				
Como medir	Percentual entre os processos com seu conteúdo integral, ou inteiro teor publicado na internet / Total de processos pendentes				
Situação atual	O conteúdo dos processo não se encontra disponibilizado na internet.				
META	Disponibilizar conteúdo integral de 100% dos processos, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	30%	50%	75%	100%

Indicador 18

INDICADOR: Índice de Informações Orçamentárias e Financeiras disponibilizadas na internet					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Proporção das informações orçamentárias e financeiras disponibilizados na internet em relação ao total de dados orçamentários				
Quem mede	Diretoria Financeira				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria Financeira				
Por que medir	Verificar a disponibilidade das informações orçamentárias e financeiras na internet.				
Como medir	Percentual entre informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet / Total de informações orçamentárias e financeiras				
Situação atual	100% das informações Orçamentárias e Financeiras estão disponibilizadas na internet				
META	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	100%	100%	100%	100%	100%

Indicador 19

INDICADOR: Índice de Inserções Institucionais na Mídia					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Quantidade de inserções institucionais na mídia				
Quem mede	ASCOM				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	ASCOM (Na mídia televisiva e impressa)				
Por que medir	Verificar a quantidade de inserções institucionais na mídia.				
Como medir	Quantidade de inserções na mídia, no período				
Situação atual	Em média 6000 inserções institucionais na mídia em São Luís.				
META	Aumentar em 50% o nº de inserções institucionais na mídia, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	20%	30%	40%	50%

Indicador 20

INDICADOR: Índice de Matérias Institucionais Positivas					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Proporção de matérias institucionais positivas sobre o tribunal veiculadas na mídia				
Quem mede	ASCOM				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	ASCOM				
Por que medir	Verificar a incidência de matérias positivas sobre o total de matérias veiculadas				
Como medir	Percentual entre o total de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia sobre o Tribunal, sobre o total de matérias veiculadas na mídia sobre o Tribunal				
Situação atual	60% das matérias veiculadas na mídia são positivas.				
META	Obter 80 % de matérias institucionais positivas na mídia, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	65%	70%	75%	80%	80%

Indicador 21

INDICADOR: Índice de Parcerias Estratégicas					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Quantitativo de parcerias entre tribunais que contribuem com o alcance de uma meta estratégica				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Assessoria da Presidência				
Por que medir	Verificar se o tribunal estabeleceu alguma parceria com instituições externas ao Poder Judiciário e que contribuiu diretamente para o alcance de uma meta estratégica				
Como medir	Total de parcerias externas ao PJ que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, sobre o total de parcerias vigentes no período.				
Situação atual	Número não mensurado em 2009				
META	Aumentar para 80% o índice de parcerias estratégicas, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	20%	40%	60%	80%

Indicador 22

INDICADOR: Índice de promoção de valores éticos e morais					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	O número de ações internas e externas empreendidas pelo Poder Judiciário Maranhense para a disseminação de valores éticos e morais.				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	ASCOM, ESMAM				
Por que medir	Verificar o número de ações realizadas pelo TJMA e que contribuem para a disseminação de valores éticos e morais.				
Como medir	Total de ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais.				
Situação atual	Número não mensurado em 2009				
META	Aumentar em 60% o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	20%	30%	40%	60%

Indicador 23

INDICADOR: Índice de Alcance das Metas					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Proporção de metas estratégicas alcançadas em relação ao total de metas estratégicas				
Quem mede	Núcleo de Planejamento Estratégico				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Todas as unidades responsáveis pelo alcance de metas estratégicas.				
Por que medir	Verificar o grau de comprometimento dos magistrados e servidores com a estratégia e acompanhar o nível de realização do Plano Estratégico				
Como medir	Percentual de metas estratégicas alcançadas em relação ao total de metas estratégicas				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Alcançar 100% das metas, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	100%	100%	100%	100%	100%

Obs.: percentual de alcance das metas previstas para cada ano.

Indicador 24

INDICADOR: Índice do Clima Organizacional					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Mede o nível de satisfação dos magistrados e servidores em relação às perspectivas da pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação)				
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Todas as unidades				
Por que medir	Para conhecer o nível de satisfação dos magistrados e servidores em relação ao clima organizacional				
Como medir	Percentual entre as avaliações positivas sobre o total de avaliações na pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação)				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Aumentar para X% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014				

Obs.: Valores a serem definidos a partir de pesquisa realizada em 2010.

Indicador 25

INDICADOR 34: Índice de Absenteísmo					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O número de ausência dos servidores em determinado período				
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos				
Quando medir	Mensalmente				
Onde medir	Em todas as unidades				
Por que medir	Conhecer o quantitativo de horas de ausências dos servidores em determinado período.				
Como medir	Percentual entre as ausências dos servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho normal				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Reduzir para X% o índice de absenteísmo até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	-	-	-	-	-

Obs.: Valores a serem definidos a partir da implantação do sistema de ponto eletrônico em todas as Comarcas e da implantação do sistema MENTORH

Indicador 26

INDICADOR: Índice de Capacitação nas Competências Estratégicas - Indicador CNJ 30					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Número de pessoas capacitadas nas competências estratégicas				
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria de Recursos Humanos/ESMAM				
Por que medir	Verificar a quantidade de pessoas capacitadas nas competências estratégicas.				
Como medir	Percentual entre as pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de pessoas				
Situação atual	Competências estratégicas ainda não definidas no TJMA				
META	Aumentar para 40% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014*				
	2010	2011	2012	2013	2014
	5%	10%	20%	30%	40%

Indicador 27

INDICADOR: Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação - Indicador CNJ 31					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Cumprimento do Plano Nacional de Capacitação				
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria de Recursos Humanos/ESMAM				
Por que medir	Para verificar o cumprimento do Plano Nacional de Capacitação				
Como medir	Percentual entre os itens atendidos do Plano Nacional de Capacitação sobre o total de itens				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	20%	20%	20%	20%	20%

Indicador 28

INDICADOR: Percentual do Orçamento de Custeio aplicado em Capacitação					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O valor do investimento em capacitação em relação ao orçamento total.				
Quem mede	Diretoria Financeira				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria de Recursos Humanos/ESMAM				
Por que medir	Verificar o investimento em capacitação em relação ao orçamento total.				
Como medir	Percentual entre o valor aplicado em capacitação e o orçamento total executado				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Aplicar 4% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	2,80%	3%	3,3%	3,80%	4%

Indicador 29

INDICADOR: Índice de Unidades com Segurança Armada e/ou Eletrônica - Indicador CNJ 38					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Número de Unidades judiciais seguras em relação ao total de unidades				
Quem mede	Diretoria de Engenharia				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Todas as Unidades judiciais				
Por que medir	Verificar a quantidade de unidade seguras no Poder Judiciário do Maranhão.				
Como medir	Unidades consideradas seguras* / Total de unidades * Segurança eletrônica, entendida como controle de acesso com detector de metais, raios x e câmeras de vigilância nas áreas de circulação.				
Situação atual	8% das unidades do Poder Judiciário do Maranhão possuem segurança armada e/ou eletrônica				
META	Aumentar para 100% as unidades consideradas seguras				
	2010	2011	2012	2013	2014
	25%	50%	100%	100%	100%

Indicador 30

INDICADOR: Índice de Satisfação com as Instalações Físicas					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Mede o grau de aprovação dos magistrados e servidores em relação à perspectiva da pesquisa de clima organizacional no que diz respeito às instalações físicas				
Quem mede	Diretoria de Engenharia				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Todos as unidades				
Por que medir	Para conhecer o nível de satisfação dos magistrados e servidores em relação às instalações físicas				
Como medir	Percentual entre avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas* / Total de avaliações nestes itens da pesquisa * Adequação das instalações a ser acompanhada na pesquisa de clima organizacional (espaço, mobiliário, climatização, higiene, limpeza etc.)				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Aumentar para 80% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	20%	40%	60%	80%

Indicador 31

INDICADOR: Índice de Aderência aos Padrões Mínimos de TI					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A proporção de itens atendidos dos especificados na Resolução 90 do CNJ				
Quem mede	Diretoria de Informática				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria de Informática				
Por que medir	Verificar o atendimento aos padrões mínimos de TI especificados na Resolução 90 do CNJ				
Como medir	Percentual entre os itens atendidos sobre o total de itens especificados na Resolução 90 do CNJ				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Atender 90% dos padrões mínimos de TI, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	30%	50%	70%	90%

Indicador 32

INDICADOR: Índice de Aderência às Metas do PETI					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	O cumprimento das metas do PETI				
Quem mede	Diretoria de Informática				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria de Informática				
Por que medir	Verificar o cumprimento das metas do PETI				
Como medir	Percentual de metas alcançadas em relação ao total de metas do PETI				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Alcançar 90% das metas, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	10%	30%	50%	70%	90%

Indicador 33

INDICADOR: Índice de Disponibilidade de Infraestrutura de Equipamentos de Tecnologia - Indicador CNJ 42					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O tempo de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia em relação ao tempo total				
Quem mede	Diretoria de Informática				
Quando medir	Mensalmente				
Onde medir	Em todas as unidades				
Por que medir	Verificar do tempo de disponibilidade de infraestrutura de tecnologia				
Como medir	1 - (tempo de indisponibilidade de equipamentos / tempo total do período)				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	5%	20%	45%	70%	99%

Indicador 34

INDICADOR: Índice de Disponibilidade de Sistemas On-line					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O tempo de disponibilidade de sistemas on-line em relação ao tempo total				
Quem mede	Diretoria de Informática				
Quando medir	Mensalmente				
Onde medir	Diretoria de Informática				
Por que medir	Verificar o tempo de disponibilidade de sistemas online				
Como medir	1 - (tempo de indisponibilidade de sistemas / tempo total do período)				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	5%	20%	45%	70%	99%

Indicador 35

INDICADOR: Índice de Orçamento Estratégico					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O valor do orçamento disponibilizado para as iniciativas estratégicas				
Quem mede	Diretoria Financeira/NPE				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria Financeira				
Por que medir	Verificar o valor do orçamento empregado em iniciativas estratégicas, evidenciando o nível de comprometimento da instituição com o planejamento estratégico				
Como medir	Percentual entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Disponibilizar 1,3% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	0,50%	0,70%	0,90%	1,10%	1,30%

Indicador 36

INDICADOR: Índice de Execução do Orçamento Estratégico					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O valor executado nas iniciativas estratégicas dentro do orçamento disponibilizado para tal.				
Quem mede	Diretoria Financeira/NPE				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria Financeira				
Por que medir	Verificar o nível de execução orçamentária das iniciativas estratégicas				
Como medir	Percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal				
Situação atual	Indicador não mensurado em 2009				
META	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	90%	93%	95%	98%	100%

Indicador 37

INDICADOR: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Eficiência na aplicação dos recursos				
Quem mede	Diretoria Financeira				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Diretoria Financeira				
Por que medir	Verificar o nível de execução orçamentária				
Como medir	Percentual entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado				
Situação atual	85% do orçamento é executado				
META	Aumentar para 97% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014				
	2010	2011	2012	2013	2014
	88%	90%	92%	95%	97%

ANEXO 2 - FICHA DO PROJETO

1. Escopo ou finalidade do projeto

O presente projeto visa à criação de novas Unidades Jurisdicionais Autônomas de Juizados Especiais nos municípios maranhenses, com o intuito de facilitar o acesso da população à justiça.

2. Alinhamento estratégico

Tema: Acesso ao sistema de justiça.

Objetivo Estratégico: Facilitar o acesso à justiça.

3. Clientes do projeto

As unidades administrativas do Poder Judiciário não serão necessariamente impactadas por este projeto, porém, terão participação preponderante para a realização da meta a ser alcançada.

4. Justificativa

A sociedade maranhense, cada vez mais consciente de seus direitos, tem procurado a Justiça Especial como forma de resolver os seus conflitos de forma célere e eficaz – grande promessa da Lei nº. 9.099/95, cujo rito é utilizado hoje em dia para a resolução de cerca de 60% dos litígios.

Apesar da demanda em massa que está sujeita ao rito da Lei dos Juizados Especiais, o Maranhão conta apenas com dez cidades em que essas unidades autônomas estão presentes, o que significa dizer que, nas comarcas restantes, os feitos de competência dos Juizados disputam esforços e atenção com os feitos da Justiça comum, tramitando todos em uma mesma unidade.

Por conseguinte, há a necessidade impreterível de ampliar a força de trabalho responsável pelo recebimento e processamento das ações de competência da Lei 9.099/95 em unidades autônomas, a fim de que os princípios dessa lei sejam efetivamente cumpridos e a população seja verdadeiramente beneficiada com as vantagens desse rito.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Disponibilizar postos de atendimento, distribuídos em todo o Estado, vinculados a uma unidade jurisdicional, como forma de facilitar o acesso à justiça e possibilitar maior celeridade na solução da questão.

2. Alinhamento estratégico

Tema: Acesso ao sistema de justiça.

Objetivo estratégico: Facilitar o acesso à justiça.

3. Clientes do projeto

A população e as unidades judiciais.

4. Justificativa

Os postos de atendimento de conciliação (PAC) visam facilitar o acesso do cidadão à justiça, por meio da distribuição desses postos em todo o estado.

Cada PAC será ligado a uma unidade jurisdicional (vara ou juizado), responsável pela supervisão do posto, e terá um profissional do direito – o Conciliador – para sua coordenação, com o apoio de entidades públicas e privadas.

Ademais, o projeto objetiva a redução das demandas nas unidades judiciais, em caráter preventivo, posto que os conflitos resolvidos previamente por conciliação não serão transformados em ações judiciais.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Promover agilidade na execução de atividades como conciliação, julgamento, audiências em geral e acompanhamento da execução da pena, como forma de resgatar a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Acesso ao sistema de justiça.

Objetivos estratégicos: Promover a efetividade do cumprimento das decisões judiciais;

Facilitar o acesso à justiça.

3. Clientes do projeto

O cidadão que possua processo em tramitação e as unidades judiciais.

4. Justificativa

Por vezes, as unidades judiciais enfrentam demanda de processos em volume superior à sua capacidade de processar e julgar, o que gera um acúmulo de feitos nas varas e juizados.

O mutirão busca reduzir esse acúmulo, evitando a paralisação desses processos e a conseqüente demora na entrega da prestação jurisdicional, através da concentração de esforços para expedição de mandados, realização de audiências, julgamento de processos, fiscalização da execução penal, entre outras medidas, contribuindo para o cumprimento efetivo das decisões judiciais.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Empreender ações que possibilitem a eliminação do subregistro no Maranhão até 2014.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Acesso ao sistema de justiça.

Objetivo estratégico: Facilitar o acesso à justiça.

3. Clientes do projeto

É cliente desse projeto a parcela da população maranhense que não possui registro de nascimento.

4. Justificativa

O registro de nascimento é o marco inicial para o exercício da cidadania, pois, sem ele, a pessoa fica impossibilitada de praticar os atos da vida civil (matricular-se em escolas, ter carteira de identidade, cadastro de pessoa física, carteira de trabalho, etc.).

Assim, a eliminação do subregistro e da falta de registro garantirá aos maranhenses o pleno exercício da cidadania e o respeito à condição de pessoa humana.

O Governo Federal já adotou medidas para eliminar o subregistro; dentre elas, destaca-se a gratuidade na expedição da 1ª via do registro de nascimento. Ainda assim, o número de crianças que não são registradas ao nascer é grande no Maranhão.

Atribui-se várias causas ao subregistro: dificuldade de acesso às serventias extrajudiciais, falta de fiscalização da lei que determina a gratuidade do registro, etc. É necessário identificar essas causas e empreender medidas para solucioná-las, como a instalação de postos de registro em maternidades.

A Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão, em parceria com outras instituições, tem realizado ações no sentido de erradicar o subregistro no Maranhão – feito já alcançado em alguns municípios, como é o caso de Santa Quitéria do Maranhão. Sendo assim, é necessário intensificar as ações para superar esse problema, alcançando os municípios e povoados mais distantes.

1. Escopo ou finalidade do projeto

O Guia de Boas Práticas propõe-se a orientar a gestão das secretarias judiciais, com base em ferramentas da administração e de experiências testadas e aprovadas pelos próprios magistrados, visando à racionalização e otimização das atividades ali desenvolvidas.

Na sua elaboração, houve uma especial preocupação quanto à aplicabilidade e praticidade das sugestões do Guia nas tarefas empreendidas pelas secretarias judiciais, considerando as peculiaridades dos serviços prestados pelo Judiciário, que não comportam os mesmos conceitos e não têm os mesmos propósitos de uma empresa privada.

Importante destacar que não se intenciona apresentar modelos prontos e acabados para cada secretaria judicial; isto não funcionaria, pois diversas são as realidades vivenciadas pelos magistrados nas comarcas e variados são os níveis de organização das secretarias.

O Guia, portanto, é um roteiro inicial a ser seguido, na busca de uma gestão mais profissional.

2. Alinhamento estratégico

Temas estratégicos: Eficiência operacional;

Acesso ao sistema de justiça.

Objetivos estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Promover a efetividade do cumprimento das decisões judiciais

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto as Secretarias Judiciais das Varas e Juizados das Comarcas do Estado do Maranhão.

4. Justificativa

A extensão do território maranhense e a dificuldade de comunicação entre comarcas deram margem à diversidade de estratégias para organização e administração das secretarias judiciais.

Outrossim, o volume de trabalho e a rotina diária não permitem que os servidores tenham disponibilidade para criar alternativas de trabalho que possam solucionar os problemas por eles vivenciados.

Surgiu então a necessidade de padronizar as atividades de rotina nas secretarias, como forma de orientar e esclarecer os servidores, e, por conseqüência, melhorar a prestação dos serviços judiciais.

Assim, foi editado o Guia de Boas Práticas, baseado em experiências de secretarias de todo o estado ainda não compartilhadas, fornecendo sugestões sobre recursos humanos, materiais, infra-estrutura, tecnologia, entre outros.

Para a implantação bem sucedida do Guia nas secretarias judiciais, é imprescindível o envolvimento do juiz no processo, liderando as reuniões de resultados e o novo modelo de gestão, dando credibilidade ao projeto e possibilitando aos servidores maior motivação e comprometimento.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implementar o Fórum Permanente de discussão sobre a violência contra a mulher, sob a direção da ESMAM e a coordenação da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de São Luís, dando continuidade às discussões sobre a Lei Maria da Penha com os profissionais do Direito.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Responsabilidade social.

Objetivo estratégico: Promover a cidadania.

3. Clientes do projeto

Varas Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís e Imperatriz, Varas Criminais das Comarcas de Entrância Intermediária e de Entrância Inicial que acumulem a competência para processamento e julgamento dos processos relativos à Lei Maria da Penha, além das Promotorias, Delegacias especializadas e demais entidades afetas ao tema.

4. Justificativa

A violência doméstica contra a mulher remonta a tempos antigos, em que a cultura patriarcalista predominante considerava o gênero feminino como inferior e, portanto, passível de ser maltratado.

Nos dias modernos, essa cultura ainda se encontra enraizada em parcelas da sociedade, especialmente em populações de baixa renda, e, muitas das vezes, as mulheres atingidas por esse crime permanecem na condição de vítima por desconhecimento dos seus direitos ou medo do agressor.

Com a edição da Lei Maria da Penha, esses direitos se tornaram mais claros, ganhando repercussão na mídia, e os instrumentos de defesa dessa mulher se tornaram mais concretos, inspirando nas vítimas maior confiança para procurarem o Judiciário a fim de darem um basta nessa situação.

No entanto, ainda há muita discussão sobre esses direitos, além de muitas dúvidas sobre a aplicabilidade das regras previstas na referida lei, tanto pelos operadores do direito quanto pela sociedade.

Assim, torna-se necessária a criação de um canal de discussão sobre questões relevantes que possam contribuir para a efetividade da Lei Maria da Penha, como: atuação profissional junto à Lei Maria da Penha, atuação no combate à violência contra a mulher; padronizações nos procedimentos de atuação no Estado do Maranhão, através de recomendações jurídicas; capacitação e atualização dos conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha; propagação das boas práticas existentes entre as Varas, proporcionando a implantação das mesmas aos interessados; e a troca de experiências profissionais relacionadas ao tema.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implantar software de gestão de RH visando à integração das áreas envolvidas e buscando mais agilidade no trâmite dos processos administrativos.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência operacional.

Objetivo estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes do projeto

Os servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

4. Justificativa

A implantação do software de gestão de RH visa promover a integração entre a Diretoria de Recursos Humanos e as Coordenadorias que a ela se vinculam, bem como entre essas e a Coordenadoria de Folha de Pagamento.

O objetivo maior é evitar erros e retrabalhos constantes, além de conferir mais agilidade no atendimento às demandas dos servidores.

O trabalho do gestor também será facilitado, tendo em vista que rotinas administrativas como afastamento, férias ou licença serão automatizadas, com a conseqüente redução do fluxo interno de papéis.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Construir manual de rotinas e procedimentos da secretaria judicial, com objetivo de orientar o servidor no desenvolvimento de suas atividades, evitando erros e retrabalho e contribuindo para a agilidade no desenvolvimento dos processos judiciais.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência operacional.

Objetivo estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto os servidores e juízes, o cidadão e demais instituições ligadas ao processo judicial.

4. Justificativa

As unidades do Poder Judiciário do Maranhão desempenham uma série de atividades, sendo que algumas causam mais impacto na efetividade da prestação jurisdicional do que outras.

Todas elas, no entanto, são interdependentes, fazendo parte de um processo em que, para que a atividade posterior seja realizada de forma eficiente, é necessário que a anterior também o seja.

Dessa forma, é necessário definir os fluxos dos processos, a fim de identificar a relação existente entre as várias atividades desempenhadas na secretaria judicial.

Nesse sentido, a definição de rotinas e procedimentos contribui para a gestão dos processos na medida em que define “como” e “quando” realizar cada atividade, pois o servidor que a desempenha nem sempre conhece o “como fazer” e o “porque fazer”, o que interfere no desempenho e no alcance de resultados.

Surge, assim, a necessidade de orientar o servidor nessa matéria, de forma a otimizar o desenvolvimento de suas atividades e possibilitar agilidade na tramitação dos processos judiciais, garantindo uma prestação judicial célere e efetiva.

1. Escopo ou finalidade do projeto

A proposta deste projeto é o aumento na produtividade do magistrado, contribuindo para maior agilidade no julgamento das ações em trâmite no 1º grau, a fim de garantir a celeridade da prestação jurisdicional.

Abrangerá, principalmente, o juiz de Direito e sua secretaria judicial, com a participação direta de órgãos do Poder Judiciário imprescindíveis para o sucesso do projeto, como: as Diretorias Geral, Financeira, de Informática e de Recursos Humanos; o Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça; a Coordenadoria de Acompanhamento da Carreira e o Setor de Estatística da CGJ.

2. Alinhamento estratégico

Temas: Eficiência operacional;

Gestão de pessoas.

Objetivos Estratégicos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

Motivar e comprometer magistrados com a estratégia.

3. Clientes do projeto

Juizes de Direito e Secretarias Judiciais dos Juizados Especiais e Turmas Recursais do Estado do Maranhão.

4. Justificativa

Em dados apresentados ao Conselho Nacional de Justiça, por ocasião dos preparativos para cumprimento da META 2, verificou-se que os juizes do Estado do Maranhão possuem mais de 55.000 (cinquenta e cinco mil) processos, dentre os distribuídos até dezembro de 2005, pendentes de julgamento definitivo.

Várias são as causas para esse acúmulo de processos, assim como várias são as soluções que devem ser pensadas e implementadas para que essa alarmante situação de atraso na prestação jurisdicional não seja repetida.

O presente projeto visa, portanto, estimular os magistrados maranhenses a perseguir melhorias crescentes em sua produtividade, por meio da identificação das causas e entraves a esse crescimento, em termos gerais e individuais; a modernização e organização do fluxo de trabalhos das secretarias e gabinetes, racionalizando e otimizando os serviços; além de desenvolver a consciência do juiz quanto à sua responsabilidade administrativa.

1. Escopo ou finalidade do projeto

O projeto tem como finalidade estimular o uso dos sistemas de apoio processual (Infojud, Bacenjud e Renajud) pelos magistrados, a fim de promover agilidade na tramitação processual.

Busca também identificar novos sistemas que possam ser utilizados para garantir uma efetiva prestação jurisdicional ao cidadão.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Eficiência operacional.

Objetivo estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto os magistrados do TJMA.

4. Justificativa

O Conselho Nacional de Justiça, através de parcerias e/ou convênios com outras organizações, implementou diversos sistemas que agilizam a tramitação dos processos, na medida em que reduzem a burocracia inerente a alguns trâmites processuais.

Através do Infojud, Bacenjud e Renajud, o magistrado agiliza o procedimento de pedir informações e/ou emitir ordens judiciais à Receita Federal, aos Bancos (Sistema Financeiro Nacional) e ao Departamento Nacional de Trânsito, respectivamente.

Sendo assim, o juiz não mais precisa expedir ofícios e aguardar resposta; basta acessar os sistemas e realizar todo o procedimento on-line, tornando-o mais rápido e reduzindo a burocracia inerente a esses atos.

No entanto, é necessário estimular o uso dessas ferramentas pelos magistrados, contribuindo, assim, para uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Além disso, é necessário identificar e buscar sempre novas parcerias que visem essa agilidade.

1. Escopo ou finalidade do projeto

O projeto busca promover a virtualização dos processos judiciais, permitindo o desenvolvimento da tecnologia da informação do Poder Judiciário do Maranhão e contribuindo para a agilidade na tramitação das demandas. Essa virtualização envolve todas as unidades judiciárias, de 1º grau (juizados, varas, varas especializadas) e 2º grau, que terão programas específicos para atender à realidade de cada uma.

2. Alinhamento estratégico

Temas estratégicos: Infraestrutura e tecnologia;
Eficiência operacional.

Objetivos estratégicos: Desenvolver a tecnologia da informação;
Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

3. Clientes do projeto

Os servidores, magistrados e os usuários do Poder Judiciário do Maranhão.

4. Justificativa

O cenário atual de qualquer organização perpassa pela tecnologia da informação, como forma de promover o aperfeiçoamento dos processos organizacionais e, conseqüentemente, a agilidade na realização das atividades ligadas a esses processos, posto que o desenvolvimento dessa área contribui decisivamente para a melhoria das demandas.

No que diz respeito ao Poder Judiciário, tem-se como principal processo organizacional o processo judicial, que, em sua essência, representa os procedimentos realizados para a solução da demanda pleiteada, com observâncias dos aspectos legais inerentes.

Para que esse processo se desenvolva, são necessários vários procedimentos durante a sua tramitação, que vão desde procedimentos administrativos – realizados pelos servidores do judiciário – a procedimentos judiciais, realizados pelo magistrado, pelas partes e seus advogados.

Tais procedimentos são realizados, em sua maioria, de forma manual (papel, protocolo, etc.), e ensejam grande demora na realização e/ou envio para o destinatário, contribuindo, portanto, para a demora na prestação jurisdicional.

Por esse motivo, acredita-se que a realização desses procedimentos por meio das ferramentas da tecnologia da informação pode contribuir para a celeridade processual, além de trazer vantagens como a racionalização dos recursos e do tempo das partes envolvidas.

Essa virtualização deve envolver tanto as unidades judiciais de 1º grau quanto as de 2º grau, observando-se os aspectos processuais inerentes a cada um, como forma de efetivamente contribuir para a agilidade na tramitação dos processos.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implantar o planejamento estratégico no TJMA com base na metodologia *Balanced Scorecard*, com a missão de contribuir para a construção do futuro da organização de forma sustentada, a partir do direcionamento estratégico, da otimização no uso dos recursos, do desenvolvimento de projetos estratégicos, da renovação da visão de futuro da organização e da disseminação da cultura de gestão por objetivos estratégicos.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Alinhamento e integração.

Objetivo estratégico: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto a alta administração, o Núcleo de Planejamento Estratégico, todos os gestores funcionais e gestores e equipes de projetos.

4. Justificativa

Os fatores que motivam a implantação do planejamento estratégico são relacionados à necessidade de definir e priorizar diretrizes estratégicas para o TJMA, permitindo o alinhamento estratégico e garantindo que os objetivos organizacionais sejam atingidos.

A monitoração e o gerenciamento da execução das ações representam a possibilidade de ajustes e realinhamento contínuos, garantindo a boa utilização dos recursos.

Outrossim, mudanças no andamento das iniciativas estratégicas em relação ao planejamento existem e são normais. No entanto, o fator determinante para o sucesso é sua identificação prematura e o seu tratamento imediato. Desta forma, podem ser reduzidos os riscos de resultados indesejados, ao término das ações.

Em suma, a atuação de uma área gestora da estratégia em todas as suas fases – do planejamento à execução, da avaliação ao replanejamento – e na gestão da inovação e disseminação do conhecimento sobre gestão, funciona de forma a aumentar as chances de sucesso nas ações estratégicas.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implantar o sistema Siaferj Web nas serventias extrajudiciais, orientando sobre a utilização e cobrança dos selos e na prestação de contas.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Orçamento.

Objetivo estratégico: Assegurar e gerir recursos orçamentários e financeiros.

3. Clientes do projeto

Serventias extrajudiciais e Diretoria do FERJ.

4. Justificativa

Os recursos gerados nas serventias extrajudiciais são responsáveis por parte do orçamento do Poder Judiciário do Maranhão, contribuindo para a modernização e reaparelhamento das suas unidades.

No entanto, identifica-se que muitas serventias não utilizam os selos da forma correta tampouco fazem o controle e a cobrança efetiva daqueles que são utilizados.

Por esse motivo, a prestação de contas, não raramente, apresenta problemas.

Diante dessa situação, e como forma de aumentar a arrecadação do Judiciário Maranhense, o sistema Siaferj Web pretende apoiar as serventias nessas questões.

Para isso, é necessário também treinamento e orientação sobre os procedimentos inerentes às serventias.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implantar o Escritório de Projetos no TJMA, com a missão de facilitar a elaboração e condução de projetos e disseminar a cultura do gerenciamento de projetos na instituição.

O Escritório de Projetos terá as seguintes finalidades:

1. Definir, uniformizar e implantar padrões, processos, métricas e ferramentas de gerenciamento de projetos;
2. Atuar de forma pró-ativa no fornecimento de recursos e serviços em gerenciamento de projetos, por meio da prestação de assessoria técnica e metodológica no auxílio à aplicação dos padrões, processos, métricas e ferramentas de gerenciamento de projetos adotados;
3. Criar condições para o aumento da maturidade em gestão de projetos na organização;
4. Criar condições para a redução de riscos em projetos, por meio da melhoria do planejamento;
5. Monitorar a carteira de projetos estratégicos do TJMA.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Alinhamento e Integração.

Objetivo estratégico: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto a alta administração, os gestores e as equipes de projetos.

4. Justificativa

As justificativas para a implantação de um escritório de projetos no TJMA derivam da necessidade de centralizar o gerenciamento dos projetos, a fim de garantir o cumprimento de prazos e a comunicação, impactando positivamente nos resultados dos mesmos e na execução orçamentária.

Ademais, o Escritório é importante para a análise e redução dos riscos, posto que esses, como ainda são aspectos pouco considerados durante o planejamento dos projetos, acabam provocando desvios de escopo, tempo e custo na fase de execução, impactando negativamente nos seus resultados.

1. Escopo ou finalidade do projeto

O projeto visa promover encontros e reuniões entre áreas estratégicas do Poder Judiciário do Maranhão e entre secretários(as) judiciais e servidores, visando discutir temas estratégicos e questões relevantes para o desempenho das atividades do TJMA, buscando a atualização contínua do Guia de Boas Práticas e a troca de experiências.

2. Alinhamento estratégico

Tema Estratégico: Alinhamento e integração.

Objetivos estratégicos: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário;

Promover ações que contribuam para a interação e a troca de experiências entre tribunais.

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto os servidores e juízes do Poder Judiciário do Maranhão.

4. Justificativa

Para alcançar seus objetivos, o TJMA precisa buscar o aperfeiçoamento contínuo e a otimização das suas atividades.

Para isso, faz-se necessário constituir uma equipe integrada e alinhada ao que é prioritário para o alcance da missão do TJMA.

Dessa forma, a realização de encontros e reuniões entre áreas estratégicas é fundamental para a implantação do plano estratégico, ao permitir maior interação entre os setores.

Além disso, os secretários judiciais e demais servidores estão envolvidos nas mesmas atividades, pelo que esses encontros e reuniões contribuem para a troca de experiência e para a melhoria contínua dos processos de trabalho.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Disponibilizar as informações financeiras do TJMA em tempo real ao cidadão e a qualquer interessado, como forma de ampliar a transparência e prestar contas à sociedade.

2. Alinhamento estratégico

Temas estratégicos: Atuação institucional;
Orçamento.

Objetivo estratégico: Ampliar a transparência da instituição.

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto a sociedade em geral e entidades e órgãos ligados ao TJMA.

4. Justificativa

A aplicação dos recursos públicos é tema que gera muita discussão, suscitando a necessidade de ferramentas mais efetivas de controle, diante do número de denúncias, fraudes e corrupção existentes.

A própria sociedade cobra cada vez mais a prestação de contas, a fim de ter ciência de como esses recursos são empregados por cada órgão, a despeito do controle externo já realizado pelo Tribunal de Contas estadual.

Dessa forma, se mostra necessário a qualquer órgão público uma gestão dos recursos transparente, para demonstrar à sociedade que esses recursos estão sendo aplicados de forma lícita, oferecendo, assim, um serviço cada vez mais eficiente à população.

Sendo assim, o projeto pretende aperfeiçoar o sistema de prestação de contas atualmente adotado pelo TJMA – que já disponibiliza suas informações financeiras no seu site – fazendo uma atualização em tempo real das movimentações.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Criar banco de sugestões visando o incentivo à criatividade e à participação do servidor do TJMA, premiando as melhores.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Gestão de pessoas.

Objetivo estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.

3. Clientes do projeto

São clientes do projeto os servidores e magistrados do TJMA.

4. Justificativa

O cenário atual exige que qualquer organização de sucesso tenha profissionais qualificados e atualizados com as modernas práticas e processos de trabalho. Para isso, é fundamental o estímulo à criatividade e participação do funcionário na organização.

O TJMA, percebendo a importância das pessoas para sua prestação de serviços, busca estimular a participação e a criatividade dos seus servidores e magistrados no processo de geração de novas idéias que contribuam para o desenvolvimento da organização.

O Banco de sugestões do TJMA pretende aproveitar as competências internas por meio da coleta de sugestões e contribuições dos servidores. Para estimular ainda mais a participação, o programa envolve ainda a premiação das melhores sugestões, considerando a sua aplicabilidade efetiva na organização.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Identificar as deficiências e problemas estruturais e de segurança em cada Comarca/Fórum do Estado, a fim de definir as necessidades de manutenção, reforma e/ou construção. A partir desse diagnóstico, deve-se definir também a estrutura padrão a ser adotada em todas as unidades do Poder Judiciário do Maranhão, como forma de permitir a identificação visual desse Poder nos municípios em que o mesmo está presente.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Infra-estrutura e tecnologia.

Objetivo estratégico: Adequar estrutura física e segurança.

3. Clientes do projeto

Os cidadãos usuários dos serviços do Poder Judiciário estadual, os magistrados e servidores das Comarcas do Estado e os setores administrativos do TJMA.

4. Justificativa

As comarcas do Estado do Maranhão apresentam as mais variadas situações em relação às suas condições estruturais e de segurança, não havendo um controle efetivo da situação real de cada uma delas.

Dessa forma, é preciso definir as condições estruturais e de segurança de cada Comarca, visando identificar as ações devidas para garantir a estrutura necessária para seu funcionamento e atendimento ao usuário.

Destaca-se, ainda, que condições físicas e de segurança adequadas contribuem para um melhor desempenho no trabalho, já que são fatores que interferem na produtividade.

Além disso, o Poder Judiciário do Maranhão possui atualmente cerca de 200 (duzentas) unidades jurisdicionais, sendo que cada uma dessas unidades se apresenta de forma diferente quanto a *layout*, estrutura, fachada, dentre outros aspectos. Isso dificulta a identificação do órgão da Justiça pelo usuário. Por isso, destaca-se também a necessidade de se estabelecer um padrão para as unidades jurisdicionais.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implantar a gestão por competências no TJMA como forma de definir as competências das unidades e dos servidores, contribuindo para um melhor desempenho profissional.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Gestão de pessoas.

Objetivo estratégico: Desenvolver competências.

3. Clientes do projeto

São clientes desse projeto todas as unidades judiciais e administrativas do TJMA, envolvendo magistrados e servidores.

4. Justificativa

Para uma atuação efetiva, é necessário definir a competência de cada unidade e cada servidor, para ciência do que cada um deve realizar.

No TJMA, é comum haver sobreposição de competências ou ainda indefinição sobre qual área é responsável pela execução de uma atividade.

Dessa forma, é necessário definir as competências, como forma de atribuir a responsabilidade correta a cada unidade e a cada servidor, além de permitir o melhor acompanhamento e controle sobre as atividades de cada área.

Outrossim, a definição de competência é imprescindível para a definição do plano de capacitação, avaliar o desempenho do servidor e recrutar, dentre outras atividades inerentes à gestão de pessoas.

1. Escopo ou finalidade do projeto

O Plano de Capacitação do Poder Judiciário visa nortear o desenvolvimento dos servidores, com o intuito de proporcionar condições para capacitação e aperfeiçoamento das competências individuais e estratégicas, de forma a dotar o corpo gerencial, técnico e administrativo de conhecimentos multidisciplinares necessários à sua atuação.

2. Alinhamento estratégico

Tema estratégico: Gestão de pessoas.

Objetivo estratégico: Desenvolver competências.

3. Clientes do projeto

São clientes desse projeto os servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

4. Justificativa

Atualmente, no âmbito dos Tribunais, propagam-se novos paradigmas de racionalização de tarefas, informatização e otimização do trabalho, além de integração e compartilhamento de informações.

A modernização do processo produtivo e a valorização das pessoas tornaram-se premissas de uma política voltada para superação das práticas obsoletas que antes comprometiam a qualidade e a produtividade no serviço público.

Essa modernização ocorre de forma seqüencial, sendo as ações planejadas, organizadas, executadas e avaliadas continuamente.

Para estar à altura desse processo de modernização, o Poder Judiciário do Estado do Maranhão necessita implantar novas e eficientes medidas de gestão de pessoas, focando no treinamento e qualificação dos servidores para que essa superação se efetive.

O plano de capacitação, assim, justifica-se pela necessidade de ajustar as competências da instituição à sua visão, missão e objetivos estratégicos, de forma a possibilitar a otimização do trabalho dos servidores e o alcance dos objetivos.

ANEXO 3 - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS

MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS

	SOMATÓRIO	1-FACILITAR O ACESSO A JUSTIÇA	2 PROMOVER A EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS	3. PROMOVER A CIDADANIA	4. GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS	5. GARANTIR ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO JUDICIÁRIO	6. PROMOVER AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA A INTEGRAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE TRIBUNAIS	7.MELHORAR A IMAGEM DO TJ-MA JUNTO A SOCIEDADE	8. AMPLIAR A TRANSPARÊNCIA DA INSTITUIÇÃO	9. FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES	10. DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS POR MEIO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFETIVA	11. MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA	12. DESENVOLVER COMPETÊNCIAS	13. ADEQUAR ESTRUTURA FÍSICA E SEGURANÇA	14. DESENVOLVER A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15. ASSEGURAR E GERIR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
VIRTUALIZAÇÃO DOS JUIZADOS	9				3				3						3	
ESCRITÓRIO DE PROJETOS	9					3						3				3
FINANÇAS ON-LINE	9							3	3							3
ELIMINAÇÃO DO SUBREGISTRO	8	3						2		3						
IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	8					3	3		2							
JUIZADO ESPECIAL: ACESSO À JUSTIÇA FACILITADO	7	3		2				2								
POSTOS DE ATENDIMENTO DE CONCILIAÇÃO – PAC	7	3		2				2								
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE RH-MENTORH	7				2							2			3	
SISTEMA SIAFERJ-WEB	6				3										3	
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	6							3	3							
DIAGNÓSTICO POR COMARCA	6							3						3		
MUTIRÕES	5		3					2								
GUIA DE BOAS PRÁTICAS	5		3		2											
PROJETO DE APOIO À MULHER	5			3				2								
PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO	5				3			2								
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	5											2	3			
PLANO DE CAPACITAÇÃO	5											2	3			
PROJETO BUSCA DE INTERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO	5						3		2							
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO NAS TURMAS RECURSAIS	3				3											
MANUAL DE ROTINAS E PROCESSOS DA SECRETARIA JUDICIAL	3				3											
SISTEMA DE APOIO PROCESSUAL	3				3											
PROGRAMA DE SUGESTÕES	3											3				
INTERAÇÃO NO TJ	3						3									
PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (MODELO A SER DISPONIBILIZADO PELO CNU)	3							3								
BOLETIM INFORMATIVO PARA O PÚBLICO EXTERNO	3							3								
PROJETO DISSEMINAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E MORAIS	3										3					